



A MEMÓRIA DO CORPO CALADO:

das cenas, das questões e dos processos de uma filosofia do cotidiano*

Edson Teles

Universidade Federal de São Paulo

edsonteles@gmail.com

Resumo:

O artigo problematiza a dupla construção inscrita no livro testemunho “Retrato calado”. Por um lado, o autor busca elaborar o luto e a memória em relação às suas experiências com as prisões e a tortura durante a ditadura. Por outro, as mesmas experiências servem como pano de fundo para processos de criação conceitual. A questão central, recorrendo ao auxílio de minhas próprias experimentações em relação ao período ditatorial, se refere à possibilidade de produção de certa filosofia do cotidiano como forma de conferir maior profundidade às análises do vivenciado em territórios que habitamos.

Palavras-chave: Luiz Roberto Salinas Fortes; testemunho; conceito; tortura.

Abstract:

The article problematizes the double construction inscribed in the testimonial book “Retrato calado”. On the one hand, the author seeks to elaborate the mourning and the memory in relation to his experiences with the prisons and the torture during the dictatorship. On the other hand, the same experiences serve as background for conceptual creation processes. The central question, resorting to the help of my own experiments in relation to the dictatorial period, refers to the possibility of producing a certain philosophy of daily as a way of giving greater depth to the analyzes of the lived in territories that we inhabit.

Keywords: Luiz Roberto Salinas Fortes; testimony; concept; torture.

* Este texto surge a partir de comunicação na “III Jornada de Ética e Filosofia Política. Política e Poética: Homenagem a Salinas Fortes”, no dia 14 de junho de 2017, na Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). O evento foi organizado pelos “Cadernos de Ética e Filosofia Política” (PPG Filosofia/USP).

NOTA INTRODUTÓRIA

Abordarei o livro “Retrato Calado”, de Luiz Roberto Salinas Fortes¹, a partir de minhas próprias experimentações na leitura do texto. Não falarei sobre o Salinas, a quem não tive a felicidade de conhecer. Falarei sobre o Salinas que a mim afetou, sobre aquele que a minha imaginação pode experimentar. Apresentarei, então, minha leitura do livro a partir de dois enfoques: o *primeiro*, será o do meu testemunho acerca das cenas e das ideias nele tratadas; serão dois os momentos testemunhais: o da repetição e o da inspiração – repetição das estratégias políticas de dominação e inspiração para a criação de processos menores de produção do conhecimento. O *segundo* enfoque de minhas leituras, conectado ao primeiro, será o da proto criação singular de conceitos, cuja datação são os acontecimentos da década de 70 e a geografia do solo violento da repressão política e da militância sufocada. O processo filosófico de determinação de um “solo pré-conceitual” (CASTRO: 217) das experiências², cuja assinatura é de Salinas, a nós é exposto por meio de dois termos centrais: o abismo e o cotidiano.

Por fim, a apresentação de minha interpretação do livro será dividida em três partes: as cenas, as questões e os processos. Esta divisão visa ambientar o leitor ao modo de criação deste artigo e nas três partes teremos as relações entre os dois enfoques anunciados (testemunho e produção conceitual).

Parte 1, AS CENAS

Foram quarto prisões em quatro anos. Dez e dez dias detido nas duas primeiras e, depois, mais dois e dois dias, nas duas últimas. Prisões acontecimentos

¹ Luiz Roberto Salinas Fortes nasceu em Araraquara, interior do estado de São Paulo, em 01 de julho de 1937. Salinas, como era conhecido, foi professor de filosofia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Nos anos 70, devido sua proximidade a militantes da resistência à ditadura, foi preso e torturado. As sequelas destes eventos, que aparentemente nunca cicatrizaram, foram narradas com estilo literário e plena de reflexões filosóficas no livro testemunho “Retrato calado” (1987), publicado após seu falecimento ocorrido em 04 de agosto de 1987.

² Viveiros de Castro se utiliza do termo “solo pré-conceitual” para falar sobre certo “exercício de ficção antropológica” que “consiste em tomar as ideias indígenas como conceitos, e em extrair dessa decisão suas consequências: determinar o solo pré-conceitual ou o plano de imanência que tais conceitos pressupõem, os personagens conceituais que eles acionam, e a matéria do real que eles põem” (CASTRO: 217). Nosso interesse, ao recorrer a estas reflexões, é o de processar, em um sentido de produção, aquilo que as experimentações projetam enquanto conceitos. Assim, não se trata de fazer uma busca conceitual nas narrativas de Salinas, mas de produzir / criar uma experiência com elas. Tomar as experimentações subjetivas e cotidianas dos anos 70, somadas às memórias elaboradas em democracia, significa trata-las como potencialmente instrumentalizáveis para uso filosófico. Os conceitos, desta forma, atualizam as relações entre a experiência e certa filosofia do cotidiano, como pretendemos demonstrar no decorrer do artigo.

de silenciamento da experimentação do mundo. O acontecimento memória, memória máquina, escrita violência, território distante e próximo do momento originário direcionando a história para o abismo, fenda imensa “entre a literatura e o choque, entre o argumento e a porrada” (FORTES: 29), fazendo “desabar as ilusões” que ainda restariam “sobre a realidade nacional” (FORTES: 28). O abismo seria a marca das cenas que se seguem.

Todas as narrativas de prisão se dão em torno de cenários similares: “espaço obviamente diminuto: a cela propriamente dita é um estreito corredor ao lado onde se dispõem ao meio uma pia, numa das extremidades uma cloaca dessas de se cagar em pé e, na outra, um cano de onde se chuveira a água para o nosso asseio diário. Assim é a paisagem interna na cela da Oban” (FORTES: 35).

1ª. *CENA*: Na primeira prisão ele passara “dez dias, dez longos dias, na já célebre, embora clandestina Oban³ – mais tarde rebatizada como Doi-Codi –, disfarçada sob as aparências de uma vulgar delegacia de bairro e plantada tranquilamente em meio à pacata vida pequeno-burguesa circundante, ali na rua Tutoia, no bairro do Paraíso” (FORTES: 26). Salinas voltava da faculdade onde acabara de dar aula na disciplina de filosofia antiga. Falara com seus alunos sobre as objeções, feitas de forma radical e violenta, de Trasímaco a Sócrates, n’*A República*, de Platão. Das “especulações pedagógicas” (FORTES: 27), Luiz Roberto tem o corpo lançado no primeiro interrogatório de suas passagens naqueles “delírios incontroláveis” (FORTES: 31). O primeiro a lhe “interrogar depois de uma longa espera em uma saleta no andar do prédio do fundo, situado depois do pátio, e reservado para as diferentes salas de interrogatórios, foi o delegado Gaeta” (FORTES: 29)⁴. Entre um interrogatório e outro, a tentativa de preenchimento do “tempo vazio” via tragédias de outros tempos e lugares. Descreve Salinas: “lembro-me de ter feito leitura das mais apropriadas, o *Candide*, em tradução brasileira, na edição da Globo,

³ Operação Bandeirante (Oban), rebatizada em 1970 como Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), organismo de repressão política do Exército.

⁴ Lourival Gaeta, segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2012-2014), era escrivão da Equipe C de interrogatórios do Doi-Codi, tendo sido acusado de autoria de graves violações de direitos humanos e diretamente responsável por torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados. Segundo alguns depoimentos, o policial Gaeta circulava ao final dos anos 60, nos corredores da Universidade de São Paulo (USP), ameaçando estudantes militantes (CNV 2014c: 656).

deixado na cela não se sabe por quem, algum antigo hóspede que a circunstância teria conquistado para as luzes” (FORTES: 38).

2^A. *CENA*: Na segunda prisão viria o contato com o “inferno”. Levado, desta vez, para o Dops⁵, seria conduzido “pelos corredores que ligam a sala de recepção da Ordem Social ao pequeno compartimento usado como câmara de tortura, alguns andares acima no velho edifício do largo General Osório” (FORTES: 21). “O grupo vai me conduzindo corredores afora e o Carlinhos Metralha⁶ manda que eu carregue um pacote”, no qual se encontrava o instrumento de choque que logo o tiraria da normalidade. Completamente nu obrigam Luiz Roberto a sentar no chão. Diz ele: “amarram-me as mãos, que protegem com uma cobertura de pano, uma contra a outra. Forçam-no a manter os joelhos unidos, dobrados contra o peito e envolvidos pelos braços amarrados. No vão entre os braços e o joelho enfiam uma barra de ferro penduram-me em dois cavaletes. Rápidos, eficientes e bem treinados” (FORTES: 23). “Novo abismo de consequências” (FORTES: 63).

Nas terceira e quarta prisões, quatro anos depois das duas primeiras, em 1974, com dois dias detido em cada uma, a situação se ameniza.

3^A. *CENA*: Desta vez, segundo Luiz Roberto ironicamente nos narra, ele é “envolvido com perigosos traficantes internacionais de drogas” (FORTES: 89). “De todas as prisões, aliás, a única que goza de uma existência oficial, tendo sido registrada até com manchete nos jornais” (FORTES: 93). O envolvimento de Salinas “era praticamente nulo com o suposto tráfico do LSD de primeira qualidade” (FORTES: 92) que circulava em São Paulo. “Mas os jornais não perderam tempo e gritaram diante do escândalo. Fui parar nas manchetes com fotografias e tudo. Uma das manchetes proclamava, divertida: ‘Filosofia, música e drogas’ “ (FORTES: 93).

4^A. *CENA*: Alguns meses depois, é detido novamente na Oban, na mesma rua Tutoia, e, novamente, sem o registro de sua prisão e sem qualquer processo. “E meu nome ia contribuindo para mais algumas páginas daquelas escuras seções que cuidam dos casos com que se vai tecendo dia a dia a crônica imunda das polícias da

⁵ Departamento de Ordem Política e Social, órgão de repressão, ligados aos governos de Estado, sobreviveram aos momentos de relativa democracia passando por duas ditaduras, a de Vargas (1937-1945) e a civil-militar (1964-1985).

⁶ Segundo o Relatório da CNV, Carlinhos Metralha foi “delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). (...) Integrou a equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução” (CNV 2014a: 884).

vida” (FORTES: 97). Nesta última cena, o abismo aparece sob outra forma, a da “fresta”, de onde “alguém previamente detido deveria observar-me, (...) me espiar, sem que eu o visse, para dizer se eu era ou não o homem procurado” (FORTES: 108). Por este abismo, em forma de fresta, fenda que separa um mundo de outro, ele passaria. “Que alívio”, diz, “passei e não tive a cabeça decepada” (FORTES: 109). Ainda antes de sair da última cena, Salinas percebe na sala do interrogatório um “oficial subalterno”, (...) inteiramente absorvido no seu trabalho, mal me olha. Concentrado, agora percebo, vai desenhando, quieto, a silhueta de alguém – seria eu mesmo? –, retrato falado” (FORTES: 111). Retrato calado?!, poderíamos acrescentar.

5ª CENA / Meu 1º. testemunho / A repetição: Para mim, sempre foi impossível ler o livro de Salinas, ou escrever sobre ele, sem retomar esta memória. Poderia não tê-la aqui incluído. Mas também poderia sim. Foi o que fiz. A primeira vez em que estive na Operação Bandeirante, o Doi-Codi, foi em dezembro de 1972. No dia 28 daquele mês meus pais foram presos junto com um amigo de militância, na rua Loefgreen, Vila Mariana. No dia seguinte, pela manhã, eu e minha irmã, respectivamente com 4 e 5 anos de idade, e minha tia, à época grávida de 8 meses, fomos levados à rua Tutoia. A ideia do comandante da operação clandestina do Exército, o major Ustra, era a de nos usar para pressionar nossos pais a entregarem quem eles procuravam. Entre uma sessão e outra de tortura, machucados, nossos pais eram colocados em nossa companhia. Depois, sofriam a ameaça de que seríamos também levados às salas do “inferno”. Por alguns dias, éramos transportados entre uma casa clandestina dos militares, onde passávamos a noite, e a Oban, onde ficávamos durante parte do dia. No pátio, esperando o próximo momento de “visita”, eu jogava bola ou ficava observando os policiais das equipes de apreensão que aguardavam sua próxima gloriosa operação. Por cima dos altos muros eu podia ver o topo das árvores e o céu, algum barulho de carro e de gente e imaginar o que haveria do outro lado. Curioso é que retornei lá em 1984. Pichava em um grande muro da avenida 23 de maio as inscrições “Diretas Já! Pça. da Sé. 25 de janeiro”. Detido, fui levado ao antigo Doi-Codi, o qual, naquele ano, já sediava apenas uma “vulgar delegacia”. Depois de algumas horas fui solto a pedidos de algum alto escalão do governador Franco Montoro.

O “dia a dia”, as prisões e as cenas compõem as questões de análise do texto testemunho. Calado, o corpo memória anuncia e reflete sobre questões filosóficas fundamentais para a compreensão do país e de suas sociabilidades.

Dirá Salinas: “a mesma cena repetiu-se durante muitas noites seguidas” (FORTES: 78).

Parte 2, AS QUESTÕES

É como se Salinas tivesse escrito “Retrato Calado” “para que os outros soubessem de seus sentimentos mais profundos e, ao compartilhar conosco sua dor, o autor concedesse a si próprio, ao seu sofrimento, uma ‘anistia ampla, geral e irrestrita’ ” (TELES: 128). O aspecto existencial do ser em luto, procurando reconciliar-se com o mundo perdido, aparece em primeiro plano. Porém, “transmuda-se em simples ‘ocorrência’ equívoca, suscetível a uma afinidade de interpretações, de versões das mais arbitrárias (...). Daí a necessidade do registro rigoroso da experiência” (FORTES: 42).

Neste artigo procurei um outro estado do luto que, para Luiz Roberto, se “irrealizou”, brutalmente interrompido pela morte consumada pela “latejante ferida aberta na memória” (FORTES: 42). Diz Antônio Cândido, no “Posfácio”, que o livro “elabora em alto nível a experiência dos anos de ditadura militar, porque nele a dimensão do indivíduo e o panorama do momento se fundem graças ao poder da escrita. Não é um simples testemunho, nem uma evocação de tormentos” (*In*: FORTES: 125). Creio que a narrativa acerca dos anos 70 produziu análises que, hoje, auxiliam na compreensão do processo de luto também como uma experiência filosófica.

Salinas aborda as condições da ação política em contexto de violência extrema: qual resistência é possível? Como também não fazer uso da violência? Seria possível uma luta armada em condições tão extremamente desiguais? Como a esquerda tradicionalmente lidava com estas questões e qual a revolução que poderia sair destes processos? Questões urgentes, tão necessárias quanto o ar que se respira.

Lembremos que “um de seus últimos projetos era escrever a biografia do Che Guevara” (“Sobre o autor”, *In*: FORTES: 129). No mesmo contexto, o autor narrador analisa as técnicas políticas de controle desenvolvidas e efetivadas na ditadura, para além da evidente e esperada repressão policial e das leis e burocracias de cassações e censuras. Que técnicas são estas que lançam o indivíduo, mesmo os mais conscientes,

em espirais fantasmagóricos de paralisação do ser? Da reflexão sobre técnicas políticas autoritárias e lutas de resistência, Salinas destrincha, sabiamente, o processo político de transição. Desvela a astúcia de seus meandros e expõe o quanto seriam árduas e difíceis as possibilidades de construção da democracia.

Diz Salinas: “o que pretendemos é nos dedicar às questões radicais, ou se o que nos inquieta é a radicalização das questões que prolongam no espaço da reconstituição a Questão primeira, tornando tão difícil a exposição dos eventos e toda a literoanalítica a que nos conduz obrigatoriamente à necessidade do exorcismo” (FORTES: 25). A problematização das questões radicais somente é possível pelo exorcismo da radicalização das questões. É preciso expor, ao máximo, o abjeto da tortura para desvelar o que está sob a superfície, próximo e evidente e, por isto, complexo.

Próximo da superfície de modo a criar a ilusão, capacidade máxima de uma ditadura bem-sucedida, de que a normalidade era uma quase constante no país. Ao ser enjaulado “entre as quatro paredes da sala minúscula” de tortura, ele vê “desabar as ilusões que ainda nutríamos sobre a realidade da vida nacional; a socrática representação desmorona, as entranhas do regime se entremostam, pulverizando os malabarismos ideológicos dominantes” (FORTES: 28-9). O país vivia o chamado “milagre econômico”, “aquele pobre milagre de circo mambembe” (FORTES: 96). Entre a primeira e a segunda prisão, o pacífico esquadrão canarinho comandado por Pelé e Tostão trazia para o Brasil do “ame-o ou deixe-o” o caneco da Copa do Mundo. Lembra o autor que, pouco antes, Marighella era assassinado em dia de Corinthians e Santos. Mas havia outro esquadrão.

Futebol, emprego, milagre, carnaval... ditadura. Salinas refletia sobre “o regime atacando em várias frentes, inclusive no que ele nomeou como “psicossocial” (FORTES: 45), uma certa incidência das práticas autoritárias sobre os regimes de produção de subjetividades.

Salinas nos conduz ao mergulho nas profundezas das técnicas de dominação. Profundidade advinda da experiência, do vivido. Quando um torturador ameaça os presos com o perigo da execução sumária, através do na época famoso “Esquadrão da Morte”, ele confessa: “é até com certo pejo que me lembro da ingenuidade de então e da reação que me passou pelo espírito: Uai, pensei idiotamente, mas o Esquadrão não está reservado aos marginais?” (FORTES: 40). Pergunta tão atual. Hoje, se diria:

‘mas a polícia não mata apenas bandidos e somente nas periferias e nas favelas!?’.

Salinas expõe um dos modos mais insidiosos da ditadura em criar técnicas de controle que se perpetuariam mesmo após seu fim. E ele, obviamente, não se referia ao poder matador do “Esquadrão”, mas à forma como nos encontramos em processos de subjetivação a criar modos do ser dócil, culpado, cúmplice, ingênuo. Subjetividades a serem repensadas para a criação de práticas de resistência. O professor filósofo sabia instrumentalizar os conceitos clássicos em meio à “selvagem fenomenologia” (FORTES: 41). Alerta: “Alguém já se esqueceu de tudo isso? Não teria havido, a partir de determinado momento, a ‘esquadronização’ geral, uma institucionalização nacional daqueles métodos” (FORTES: 40)?

Em contato com o “avesso do milagre” (FORTES: 41) ele pôde se haver com a exposição da nação racista e desigual, mesmo lá onde todos pareciam nivelados pela ausência de dignidade humana. Descreve Salinas: “um muro corta ao meio o pavilhão dos prisioneiros, dividindo-o em duas alas ao longo das quais se enfileiram, ao que me lembro, seis celas de cada lado. (...) do nosso X1 só podemos ver, para além do muro, uma outra cela, simétrica à nossa, localizada na ala dos prisioneiros comuns”. Continua a descrição e aponta o que significa “presos comuns”: o carcereiro “esbofeteou, enquanto o interrogava, um crioulinho assustado e algemado. Em uma madrugada fomos despertados pelos gritos de uma negra ainda jovem puxada aos safanões pelos tiras e trazida à presença do careca. (...) O careca divertia-se, junto com os colegas, enquanto mandava a prisioneira varrer o pátio interno do pavilhão, dizendo que mais tarde ia comer a negra e já ficando de cuecas em meio à algazarra geral” (FORTES: 36). Violência de gênero, racismo, impunidade. Ei certa estrutura que era “corriqueiramente utilizado por nossas forças policiais em toda a vastidão do território nacional” (FORTES: 21).

Poderíamos acrescentar que até hoje são corriqueiras estas práticas. Ou pior, dados recentes do Atlas da Violência 2016 indicam um aumento dos índices de vítimas afrodescendentes e dos crimes de violência de gênero⁷. O país continua nos agraciando com a “novela da sua exuberante impunidade”, como dizia Salinas.

O milagre era ardiloso e agressivo e a esquerda parecia não ter os melhores mecanismos para as resistências necessárias. Se, para Salinas, a ditadura significava a guerra enquanto “continuação da política por outros meios”, assim como a

⁷ Cf. “Atlas da Violência 2016”. Brasília: IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

continuação “pelos mesmos e tradicionais meios, da repressão clássica” (FORTES: 41), sabia ele também que algo havia se rompido. “Contaminação recíproca” (FORTES: 41), criticamente Salinas analisa que haveria mutuamente a alimentação de um *modus operandi* de violência em substituição à “bucólica paz das ideologias dominantes” (FORTES: 41). Em qual modo estaríamos hoje, em anos de crise na ordem consensual do pós ditadura? Naqueles anos de transição, o autor falava em “profunda crise ideológica de ambos os lados” (FORTES: 41).

Contudo, se perguntava Salinas, qual opção à violência teria a militância política? Viver, estar apto a narrar os acontecimentos, transmitir: se impunha “o minucioso relato histórico”. A opção, dizia Salinas, era “resistir sobrevivendo” e “não morrer lançando a força contra a força neste combate desigual” (FORTES: 45). Salinas cutuca: “contenhamos a indignação e calemo-nos. Não é melhor assim?” (FORTES: 61). De qualquer forma, concluía, “o negócio era aguentar, tentar suportar e continuar a luta” (FORTES: 58).

Instrumentalizando o saber filosófico, de posse da cartografia das entranhas do regime, procurou mesclar a experiência individual com a coletiva. Talvez pela percepção da morte em torno de um combate impossível, tenha evitado se abismar “nas sinuosidades dos melodramas” da luta política (FORTES: 50). De qualquer forma, “o negócio era aguentar, tentar suportar e continuar a luta” (FORTES: 58).

Tendo sobrevivido, viriam as artimanhas da “abertura lenta, gradual e segura”. Para ele, “os ideólogos oficiais e oficiosos procuraram enfatizar o caráter excepcional de tais procedimentos, esforçaram-se por caracterizá-los como abusos isolados, acidentes de trabalho que não comprometeram a instituição” (FORTES: 56). “Procedimentos” como tortura, assassinato e desaparecimento forçado, entre outros atos.

Como me safar desta? Qual foi, afinal, o crime cometido? Terei, também, direito à anistia?”. “Hoje, no silêncio das paixões políticas”, podemos olhar para o passado e ver o quanto havia de complexo nestas narrativas. Quando questiona se teria também ele o direito à anistia, dava ao fato a profundidade de sua implicação: a impunidade do torturador que teria direito à inimizabilidade garantida na Lei. Mas, e o torturado? E a Veridiana, sua companheira? E os que nem se encontravam mais ali para reivindicar qualquer coisa? E os desaparecidos políticos? Dizia Salinas: “gostaria de passar a palavra aos outros companheiros, mas muitos deles já não têm

voz, (...) mas o amigo é como eu, também calado, também meio de voz perdida” (FORTES: 100)⁸. A política transicional parecia produzir o retrato calado da memória corpo de fendas e abismos experimentados na ditadura. Estas, de modo complexo, permaneceriam nas sombras da democracia.

Nestas condições, por que não pensar em uma ação política do ressentimento e da indignação? Refletir como um exercício da imaginação política para fugir da lógica de coalizão, tão prestigiosa nas décadas posteriores. Nietzsche refletia sobre “o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária [poderia] obter reparação” (NIETZSCHE: 28-9). Por que não imaginar, como expressou Salinas, “o Golbery do Couto pendurado da Silva? (...) Como reagiriam aos choques o Metralha, o Zildo, o capitão – sem metranca na mão –, o tenente, o coronel, o marechal?” (FORTES: 70).

“E tudo vai ficar por isso mesmo? Eles torturaram, mataram, destruíram, tripudiaram, achincalharam, humilharam e continuam aí, juízes finais, são eles que decidem o que é certo ou errado, o que é bom ou mau” (FORTES: 93). “(...) Ainda algum dia haverão de pagar – oh, fúria ressentida” (FORTES: 101). É como se sem a percepção e a narrativa do ressentimento não se conseguisse produzir uma política da ruptura. Um movimento de liberação dos afetos ressentidos, deixar o pensamento experimentar a bÍlis do vivido para, após, retomar os juÍzos sobre a ação. Diria Salinas que “o indivíduo que não recorre à imaginação e que se submete à tirania da paisagem é um conservador por excelência” (FORTES: 84).

A repetição das cenas da ditadura no período da transição tornou imperativo “montar a estratégia de fuga”, de sobrevivência. “(...) A coincidência repetida”, diz Salinas, “me roubou a palavra, comeu a fala, cortou a língua? (...) O que me sufoca

⁸ O problema do testemunho impossível daqueles que foram mortos ou, mais difícil ainda, dos que sofreram o crime de desaparecimento forçado seria tratado por Giorgio Agamben, no livro “O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha” (2008). O filósofo italiano distingue dois testemunhos: “O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha, significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro em um processo ou em litÍgio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar o testemunho disso” (AGAMBEN: 27). No caso da ditadura, assim como no dos campos de concentração nazistas, boa parte dos testemunhos, os daqueles que viram até o final os crimes dos agentes do Estado, havia uma impossibilidade. “Nesse caso, porém, o testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta; contém, no seu centro, algo intestemunhável, que destitui a autoridade dos sobreviventes. As ‘verdadeiras’ testemunhas, as ‘testemunhas integrais’ são as que não testemunharam, nem poderiam fazê-lo. São os que ‘tocaram o fundo’, os muçulmanos, os submersos. Os sobreviventes, como pseudotestemunhas, falam em seu lugar, por delegação: testemunham sobre um testemunho que falta” (AGAMBEN: 43).

agora, o que me faz perder o silêncio e reencontrar a escrita – ainda uma nova forma de silêncio” (FORTES: 117).

Parte 3, OS PROCESSOS

Talvez um de seus principais personagens conceituais, anunciando suas ferramentas de análise, seriam as máquinas. Sim, as máquinas políticas, os “rugidos das máquinas” na urbanidade poluída de São Paulo e, talvez, as mais importantes do livro, as máquinas de escrever. Assevera Salinas que “não deixaram de se apoderar, aliás, de uma suspeitíssima máquina de escrever, dessas antigas, de escritório” (FORTES: 48), a “máquina de escrever do departamento” de filosofia da Universidade de São Paulo. Mecanismo da escrita filosófica, apropriada e silenciada pela ditadura, que teria ficado com os policiais do Dops. Como se aquelas antigas letras de chumbo guardassem rastros de subversividade.

Eis que um de seus pertences tomados pelos representantes do “avesso do milagre” seja justamente uma máquina de escrever. Nas palavras de um amigo, que lhe escrevera do Brasil quando ele se encontrava em Paris, se anuncia as potências de uma escrita híbrida, meio manual, meio fabricada. Dizia o missivista: “a máquina de escrever foi a única forma de conseguir pôr os pensamentos no papel, (...) viva a sociedade industrial mecanicista”, que nos possibilita escrever sobre estes assuntos “através de um punhado de parafusos, pedaços de metal e rodas dentadas...” (FORTES: 98).

A escrita lhe vem sob “o ímpeto inicial de contar tudo” (FORTES: 52). Já lá no diário dos anos 50, Salinas lança a questão existencial: “por que escrevo?” (FORTES: 80). De que adianta, contesta ele, na busca de definições conceituais, se “as coisas continuam a deslizar pelo abismo do tempo afora lá longe no meio da rua e como é distante o meio da rua” (FORTES: 80). Mas há o imperativo de produção da memória. Salinas persevera: “não sei porque escrevo, mas não importa. Vou continuar escrevendo, vou me submeter às palavras e deixar que elas corram livremente” (FORTES: 80).

A escrita máquina parece híbrida do humano pautado pelo tempo e movimento dos mecanismos e técnicas. Efetiva-se “na extremidade de todo braço e em cada dedo que escreve”, em “um sonho ancestral de escrita automática”, da “utopia da espontaneidade absoluta, do escrever como fluido deslizar, jorro, corrente

incessante, avalanche, transbordamento” (FORTES: 90). Resta-lhe, então, contava Salinas, “como único recurso, como único antídoto e contraveneno, a metralhadora de escrever, o alinhamento das palavras, o arado sobre a folha branca, a inscrição como resposta” (FORTES: 115).

Dos “rugidos das máquinas” na urbanidade poluída de São Paulo às máquinas de “barbarizar” da Oban e do Doi-Codi, “dessa prodigiosa máquina de produção da culpa e de destruição humana do humano” (Chaui, *in*: FORTES: 14), “aparelho de choque a cujas iluminações” Luiz Roberto foi “paudeararizado” (FORTES: 22). “Monotonia da máquina rangendo nas suas articulações”, passando pelas máquinas da “Grande Política”.

“Enquanto isso, na parede, o calendário palpita sem dó. Os dias, as semanas. As horas e os trabalhos e a roda e o círculo. Labirintos. A semana girando, o eterno retorno da segunda-feira e a volta inevitável da sexta-feira, com suas noites e madrugadas fantásticas” (FORTES: 119).

Uma espécie de *filosofia do cotidiano* se instala nas análises de Salinas. A narrativa nos apresenta novamente a cena: “Um gole, um pedaço de pão, quente o pão, duro o gole, duro-quente a refeição matinal, a luz brilhando, despejando-se generosa (...). Mas o alimento se evapora e as cadeias se enrolam no pensamento. (...) Daí a necessidade do registro rigoroso da experiência, da sua descrição, da constituição do material fenomenológico, da sua transcrição literária” (FORTES: 42).

O pensamento da “vida cotidiana nos cárceres do milagre” (FORTES: 35) lhe apresentava o abismo. Mas as corriqueiras reflexões é que lhe davam a impressão de que “seu verdadeiro destino era o de refletir sobre si mesmo e o mundo” (FORTES: 77). Esboçava-se, sem que isto pudesse ser chamado de projeto, uma espécie de *proto filosofia do cotidiano*.

Há uma produção do conhecimento filosófico, em especial num país como o nosso, em que a tradição da criação conceitual é limitada e muitas vezes determinada por um pensamento colonizado. Com Salinas, pensamos na mobilização do observar, sentir e ser afetado, do analisar e do escrever. Como diz Viveiros de Castro, “não se trata de imaginar uma experiência, mas de experimentar uma imaginação” (CASTRO: 217).

Salinas se indagava: “Quem sabe não estaria eu apto a ingressar agora na Grande Política?” (FORTES: 51). “Na máquina de escrever muda, descansam”

(FORTES: 118) as respostas da política maior, as que “colocam mais problemas do que ajudam a resolver”. Surge, então, o que poderia ser a *hipótese maior*, a da “Grande Política”: “saber o que é que mudou efetivamente e como as coisas mudaram, [com a transição], do ponto de vista econômico, político e institucional” (FORTES: 119). Seu “nome ia contribuindo para mais algumas páginas” de uma filosofia menor⁹, desta que se vai “tecendo dia a dia”, “ao ritmo monótono do calendário” (FORTES: 120).

Provavelmente, produtivamente, a *hipótese menor* seria a que vem na última página, em que Salinas aponta para o aspecto aparentemente micro das relações políticas, mas tão normatizador quanto o velho poder soberano exposto nos novos tempos herdados da ditadura: “a cabeça de cada um de nós convertida em inofensivo computador, programado segundo o estilo e o padrão da TV Globo. Mal infinito, labirinto”. E agora, como pensar em uma resistência menor? “Como sair da programação?”, questiona o sábio que mergulhara fundo nas paixões, como o nomeou Marilena Chauí na *Apresentação*. Ele, sábio de uma filosofia sem mestre, segue questionando: “e tudo ficará na mesma? Os mesmos senhores de sempre continuarão tranquilos, comandando como se nada tivesse acontecido?” (FORTES: 120).

6ª. CENA / Meu 2º. testemunho / A inspiração: No dia 18 de novembro de 1997, no evento em homenagem aos 10 anos do falecimento de Salinas – que se chamou *I Colóquio Rousseau* –, apresentei a comunicação “Rousseau e Salinas: letras contra seu tempo e sua sociedade”. Sala 111, Prédio da Filosofia. Eu fazia Iniciação Científica sobre a crítica de Rousseau à representação política. Lia com voracidade o “Paradoxo do Espetáculo” e tomava Salinas como meu orientador imaginário. Preparando a comunicação e pesquisando na biblioteca os textos de Salinas sobre a representação e o simulacro, me deparo com a velha edição do “Retrato Calado”.

⁹ Utilizamos o termo “filosofia menor” a partir das reflexões de Gilles Deleuze e Félix Guattari acerca de uma literatura menor. Seria um fazer no qual minorias, sejam corpos ou pensamentos, se apropriam de conhecimentos maiores e os friccionam, tencionam e distendem em suas experimentações. Haveria nos conhecimentos maiores uma impossibilidade de olhar para os acontecimentos no calor de suas efetividades. Aos saberes menores o que interessa é o cotidiano, o meio ambiente nos qual ocorrem as experiências. Nestas condições, a filosofia pode se tornar uma “máquina coletiva de expressão” dos conceitos. Trata-se de repetir uma ideia, a partir de sua aparição na realidade, “cujo sentido é apenas vagamente pressentido, para fazê-la vibrar sobre si mesma” (DELEUZE e GUATTARI: 43). Deixa-se a reverberação dos conceitos funcionarem como “potências diabólicas” abrindo a “possibilidade de instaurar de dentro [da experiência] um exercício menor” (*Ibidem*: 39), uma liberação dos devires enquanto potências dormentes nos acontecimentos.

Imediatamente tomado por uma tarde de leitura deste texto-desbloqueio de silêncios, me pus a preparar sua apresentação, encarando-a como possibilidade de abertura: abertura para o abandono parcial das normas acadêmicas e possibilidade de pensar sobre o “bom selvagem” através das experiências da prisão e da tortura. Após este primeiro encontro com Salinas, os rumos da pesquisa mudariam. Abandonei o Projeto em curso e direcionei meus esforços para a obra de Hannah Arendt, com o estudo da narrativa e de suas implicações políticas e, mais tarde, no doutorado, defendido em 2007, para a compreensão de como os processos de elaboração da memória política implicavam nas novas democracias herdeiras de regimes autoritários. Foquei no caso da África do Sul, após o *apartheid*, e do Brasil, pós ditadura. Significativamente, nomeei a parte sobre o caso brasileiro de “Políticas do Silêncio”.

Eu poderia concluir aqui esta comunicação. Contudo, assim como Salinas nos adverte, mais de 10 páginas antes do terminar o livro, “um pouco mais de paciência, até que o exorcismo se complete e o vômito desengasgue”. Retomo o último parágrafo de minha comunicação de 1997:

O percurso da experimentação do mundo contemporâneo para a definição temática da escritura desta comunicação é tão importante quanto foi para estes filósofos a experimentação de seu tempo. Para tanto, utilizo-me do corpo teórico da filosofia, pois esta não é somente uma pesquisa sobre as relações sociais entre os homens, mas um estudo do *ethos*, das ações e das paixões humanas. O que me leva a recordar daqueles que desapareceram de nossos corredores e salas. Apresento alguns deles, todos estudantes de Filosofia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL):

- Antonio Benetazzo, presidente do Centro Acadêmico do Departamento, foi preso no dia 28 de outubro de 1972 e levado imediatamente para o Doi-Codi/SP. Morreu ao final do dia 30, após ter sido torturado por três dias. O laudo oficial indica como causa da morte um atropelamento.
- Carlos Eduardo Pires Fleury, morto aos 26 anos, baleado por agentes da repressão, no dia 10 de dezembro de 1971, em condições até hoje não esclarecidas.
- Fernando Borges de Paula Ferreira, foi assassinado aos 24 anos, no dia 30 de julho de 1969, em São Paulo, em uma emboscada.
- Heleny Telles Ferreira Guariba, foi presa em 12 de julho de 1971. Testemunha confirma ter visto Heleny sendo torturada na “Casa da Morte”, em Petrópolis/RJ. Segundo o Exército, ela teria sido solta em 1º de abril de 1971. No entanto, desde sua prisão, Heleny nunca mais foi vista.

Da experiência de emergir o sem fundo, de trazer à tona o bloqueado, exuma-se as lembranças sem retirá-las do esquecimento, atesta-se o óbito sem saber o como da morte, se descumpra a lei para salvar a ordem, aloca-se a memória de modo a controlar sua circulação, se comissiona a verdade sem desarquivar o passado. É como

se, jogados no abismo, vivêssemos num mundo superficial de onde tudo já fora retirado das profundezas. Local de certa fenda existencial entre o passado e o futuro.

“Tudo teria sido então pura ficção? Tudo ficará por isso mesmo?” (FORTES: 42).

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify e N-1, 2015.

COMISSÃO Nacional da Verdade. *Mortos e Desaparecidos*. Vol. 3. Brasília: CNV, 2014c.

COMISSÃO Nacional da Verdade. *Mortos e Desaparecidos*. Vol. 2. Brasília: CNV, 2014b.

COMISSÃO Nacional da Verdade. *Mortos e Desaparecidos*. Vol. 1. Brasília: CNV, 2014a.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

_____. *Paradoxo do espetáculo: política e poética em Rousseau*. São Paulo: Discurso Editorial, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TELES, Edson. “Rousseau e Salinas: letras contra seu tempo e sua sociedade”. In: TELES, Janaína (org). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2000, pp. 127-36.

Edson Luis de Almeida Teles. Professor de filosofia na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutor, Mestre e Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Militante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos da Ditadura. E-mail: edsonteles@gmail.com

Artigo recebido para publicação em: Fevereiro de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Março de 2018.

Como citar:

TELES. Edson Luis de Almeida. A MEMÓRIA DO CORPO CALADO: das cenas, das questões e dos processos de uma filosofia do cotidiano. **Revista Transversos**. “Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência”. Rio de Janeiro, nº. 12, pp. 319-334, Ano 05. abr. 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2018.33709

